

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Globo

CLASS. : 1396

DATA : 17 01 90

PG. : 08

Novas áreas de garimpo: Sarney recebe hoje minutas

BRASÍLIA — O Presidente Sarney receberá hoje as minutas de três decretos criando as reservas garimpeiras de Catrimani, Uraricoera e Santa Rosa. As exposições de motivos foram preparadas por Ovídio Martins de Araújo, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e representante do Ministério da Justiça na comissão que estuda a retirada dos garimpeiros da reserva ianomami, em Roraima.

Pelo entendimento da Justiça, apenas uma das áreas previstas para a garimpeagem pelo acordo poderá ser utilizada. Conhecida como Uraricaá-Santa Rosa, ela tem cem mil hectares e fica entre a aldeia de Mucajaí e Boa Vista. O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, informou ontem que seus policiais já estão orientando os garimpeiros para se deslocarem para esta área, a única situada fora dos 9,5 milhões de hectares da reserva ianomami.

A Justiça federal deverá julgar se os ianomamis têm direito a todo este território ou apenas aos 19 aldeamentos, demarcados isoladamente e que somam apenas 2,4 milhões de hectares.

Das três propostas de decreto, as duas primeiras (criando as reservas garimpeiras de Catrimani e Uraricoera) ferem a determinação judicial de retirada dos garimpeiros dos 9,5 milhões de hectares que correspondem a florestas nacionais e onde também estão as 19 áreas criadas pelo Governo federal para a reserva ianomami.

Ao elaborar as três propostas, o Ministério da Justiça tenta manter



Ponte dá explicações aos índios, acompanhados pelo roqueiro Sting

as bases do acordo, firmado semana passada, que permitia a saída dos garimpeiros da área ianomami, sem no entanto afastá-los das terras vizinhas às aldeias indígenas. Este acordo foi contestado pela Procuradoria Geral da República e o Diretor do DPF, Delegado Romeu Tuma, chegou a ter sua prisão solicitada, sob a alegação de que participara de entendimentos que visavam a obstruir o cumprimento de uma liminar da Justiça federal, determinando a retirada total dos garimpeiros.

Enquanto a Justiça não se pronuncia, as instituições envolvidas na retirada dos garimpeiros (Polícia Federal, Funai, Ibama e DNPM) têm que garantir o cumprimento de uma liminar que determina a retirada dos garimpeiros, cuja execução garante também o cumprimento do decreto 98.502, assinado pelo Presidente Sarney em 12 de dezembro do ano passado e que manda retirar os garimpeiros tanto dos aldeamentos ianomamis quanto das áreas de Floresta Nacional.

► Caiapós reivindicam demarcação rápida

BRASÍLIA — Irritados com a demora na demarcação dos 4.938.100 hectares da reserva dos caiapós, na região do Xingu, os principais líderes da tribo exigiram ontem do Ministro Chefe do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, a definição de um prazo para que o Presidente Sarney assinasse o documento. O cacique Raoni — acompanhado do cacique mais velho da aldeia, Bep Gogoti, de 95 anos, e de representantes da Fundação Mata Virgem, entre eles o cantor Sting — alertou: "se a reserva for invadida pode ter morte".

— Faz quatro anos que estou atrás de puxa-saco da Funai, que manda a gente para o Ministro do SNI, manda falar com o Sarney. Não sou criança, sou homem. Você pensa que eu não sei nada de branco? Aprendi português para isso. Junto com meu amigo Sting, consegui o dinheiro (cerca de US\$1,5 milhão). Agora quero saber quanto tempo vai demorar para assinar o papel — disse Raoni ao Ministro.

A reunião durou 40 minutos, o suficiente para que Ponte ouvisse outros discursos duros dos caiapós. Bep Gogoti, que poucas vezes deixou sua aldeia, disse que tinha ido a Brasília para falar com o "grande chefe branco" (Sarney), com quem deverá ter uma audiência hoje. Ele disse que, sem demarcação, os índios matarão gente e "o branco vai ficar triste".

Tuma: DPF não tem fiscais para reservas

BRASÍLIA — O Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, disse ontem que não tem pessoal suficiente para fiscalizar os nove milhões de hectares da reserva ianomami de Roraima, interditados pela Justiça. "É bem possível que os garimpeiros retirados das reservas atualmente demarcadas acabem se instalando em outros garimpos nas duas florestas nacionais da região", disse Tuma, observando que a prioridade do DPF no momento é retirar os 45 mil garimpeiros dos dois milhões de hectares demarcados como área indígena, deixando a fiscalização dos outros sete milhões de hectares para uma segunda etapa.

O Juiz em exercício da 7ª Vara da Justiça Federal, João Baptista Aguiar, concluiu ontem o exame dos esclarecimentos apresentados por Tuma e entende que ele não desobedeceu à liminar que determinou a retirada dos garimpeiros. Afirmou ainda que o DPF está prestando o apoio necessário para a desocupação da área e solicitou novo relatório do DPF, em 20 dias, sobre as diligências feitas para o cumprimento da liminar.

Os esclarecimentos apresentados à Justiça federal por Tuma foram divi-

ditos em duas partes: uma sigilosa, contendo toda a estratégia da operação, com número de policiais, armas e munições; e outra sustentada por um documento do Diretor do Dops, Delegado Amaury Aparecido Galdino.

Neste documento, o Delegado Galdino critica a falta de definição das autoridades sobre o local exato para transferência dos 45 mil garimpeiros, e destaca que a criação de áreas provisórias seria "capaz de evitar que sejam ceifadas vidas de policiais e garimpeiros na região". Ressaltou que "este ajuste de caráter oficioso tem sido de suma importância na solução do problema" e propôs que, distantes de quilômetros das reservas indígenas, estas áreas provisórias de garimpeagem sejam fiscalizadas pela Funai e pelo DPF.

Tuma, que se reuniu ontem com o Juiz João Aguiar para conhecer pessoalmente sua decisão, reclamou das dificuldades operacionais para a retirada dos garimpeiros, citando, entre outros fatos, que está inoperante a única pista disponível para pouso e decolagem de aviões Búfalo, com maior capacidade para transporte de carga e passageiros.

Em Boa Vista, DPF fecha pista de pouso do Jockey

LÚCIA TORÍBIO
Enviado especial

A Polícia Federal iniciou ontem, com a interdição da pista de aviação do Jockey Club, em Boa Vista, o que o Diretor do Dops, Amaury Galdino, chamou de o "início da fase ostensiva" da operação de retirada dos garimpeiros. Na presença de jornalistas brasileiros e estrangeiros, Galdino leu para o garimpeiro Antônio Picão Neto, arrendatário e explorador da pista, o telex enviado pelo Comandante do 7º Comar, Brigadeiro Luís Antônio Martins, ordenando a paralisação imediata das operações de pouso e a retirada, em 72 horas, dos aviões que estavam no local.

— Fizemos a interdição para cumprir uma ordem do Comar e para mostrar que mudou a postura do DPF, que até agora estava numa posição passiva — explicou Galdino.

Depois de ouvir a leitura, na íntegra, do telex de mais de 30 linhas em que o Brigadeiro justificava sua decisão, Antônio Neto disse que acataria as ordens.

— Sim senhor, tudo bem, eu só estava aqui porque nunca ninguém me proibiu — justificou, sem demonstrar nenhum abalo e concordando em passar um aviso pela "radio peão", frequência usada pelos pilotos de garimpo.

A pista, bloqueada ontem por cavaletes amarelos do DPF, deverá ser destruída por tratores sexta-feira. Pertence ao Vereador Gilberto Inácio de Araújo e ao fazendeiro Renan Prates Porto, que a arrendaram por NCZ\$ 70 mil mensais. Antônio Neto disse que recebera do Comar aprovação tácita para a atividade.

— Um capitão esteve aqui e disse que a pista era ilegal, mas não tinha nada o que ele pudesse fazer e que eu podia continuar.